

Semiperiferia versus polarização? Os equívocos do modelo trimodal

Rui Pena Pires*

Resumo : No âmbito dos estudos comparativos informados pela perspectiva do Sistema-Mundo, assiste-se a um crescente desenvolvimento de críticas à utilização da tipologia centro/periferia e à construção de modelos trimodais suportados pela introdução da categoria de semiperiferia. Em minha opinião, esta orientação radica numa postura positivista, a qual não só contribui, ao contrário do sugerido pelos seus defensores, para um empobrecimento das virtualidades da tipologia criticada, como amplifica os riscos de deslize funcionalista latentes naquela perspectiva teórica.

A categoria de semiperiferia e o modelo trimodal de estruturação do sistema-mundo, obtiveram, nos últimos anos, uma adesão alargada entre os autores que trabalham no campo dos estudos sobre o desenvolvimento.¹ Em oposição a esta nova orientação, pretendo argumentar, com as observações que se seguem, em defesa de uma reabilitação da polarização centro/periferia, enquanto instrumento mais eficaz para lidar com a complexidade dos factores de diferenciação do sistema-mundo.

1. "Um passo em frente e dois atrás": a questão da diferença

Um dos mais interessantes e importantes contributos das correntes neomarxistas sobre o subdesenvolvimento consistiu na proposta de qualificação das diferenças observáveis no mundo contemporâneo, numa perspectiva macro, como diferenças de tipo. Contrariavam, desta forma, escolas influentes no pensamento económico e sociológico do pós-guerra que acentuavam, na caracterização do subdesenvolvimento, a ideia de atraso enquanto grau de realização do processo evolutivo geral das sociedades.

A ancoragem da ideia de desenvolvimento nas perspectivas evolucionistas, presente na problemática do atraso, tem uma longa tradição na história do pensamento europeu, para a qual contribuiu decisivamente o impacto das

* Docente do ISCTE, investigador no CIES e no DINAMIA.

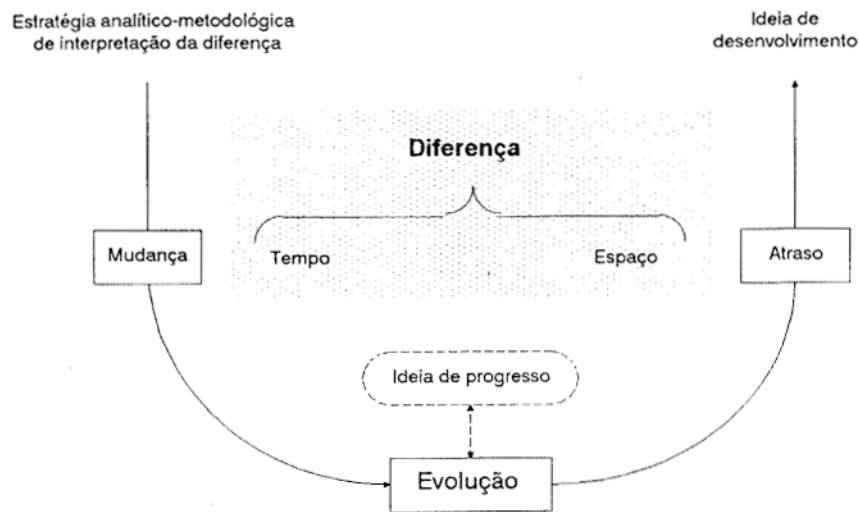


Figura 1 A subsunção da interpretação da diferença na problematização da mudança e na ideia de desenvolvimento

doutrinas iluministas e da ideia de progresso por elas veiculada.² Emergentes num contexto histórico marcado pela coexistência de processos de mudança socio-política muito intensos com a expansão mercantilista, aquelas doutrinas procuraram solucionar o problema da interpretação da diferença observável no tempo (a mudança) e da diferença observável no espaço (as sociedades não europeias). A forma como este problema foi enfrentado pode ser ilustrado pela afirmação de Comte de que "as conexões estabelecidas pela sucessão de épocas podem ser verificadas pela comparação de lugares".³ Procedeu-se, por esta via, a uma subsunção da problematização da diferença na teorização da mudança social, com base na ideia de evolução e na categoria de atraso (ver Figura 1).

Nas versões mais elementares das interpretações económicas e sociológicas do subdesenvolvimento, foi retomada aquela estratégia analítica/metodológica. Neste enquadramento, o subdesenvolvimento foi caracterizado como situação de atraso no processo de desenvolvimento, como persistência do tradicional num mundo em modernização acelerada.⁴ Contrastando com esta perspectiva evolucionista relativamente simples, as correntes neomarxistas, e em particular as teorias da dependência, nas suas diversas versões, caracterizaram o subdesenvolvimento como um tipo de desenvolvimento particular do capitalismo no contexto do moderno sistema-mundo. Nesta interpretação, o desenvolvimento (desigual) do capitalismo à escala mundial tenderia a desembocar na constituição de um sistema geral (economia mundial) regulado por relações assimétricas nos planos funcional (divisão internacional do trabalho) e organizacional (dominação/dependência), estruturantes de uma diferenciação em dois subsistemas principais (centro e periferia).⁵

A tipologia centro/periferia, enquanto critério analítico de classificação das diferenças observáveis no âmbito do sistema-mundo, foi no entanto criticada por alegadamente não permitir dar conta da multiplicidade de situações

irredutíveis às posições polarizadas por ela definidas. É no espaço aberto por estas críticas que deve ser entendida a proposição da categoria de semiperiferia - enquanto forma de lidar com a análise de sociedades identificadas como ocupando posições "intermédias" no espaço delimitado pelas situações polares referenciáveis ao centro e à periferia.

A ideia de posição intermédia abre caminho, porém, à reintrodução da qualificação das diferenças observáveis no mundo contemporâneo como diferenças de grau mais do que de tipo. Disso nos apercebemos facilmente quando somos confrontados com a escolha, por Arrighi, do rendimento *per capita* como indicador da posição dos países no espaço trimodal da nova tipologia.⁶

2. Posições estruturais e processos de reprodução

Nas versões mais elaboradas do modelo trimodal, o risco de perversão da natureza qualitativa dos critérios de diferenciação do sistema-mundo, pela sua transformação em variáveis contínuas, é evitado com base na substituição da ideia de posição intermédia pela ideia de posição de intermediação.⁷ Nesta variante, as diferenças entre centro, semiperiferia e periferia retomam o seu estatuto de diferenças de tipo, à custa porém do reforço das tendências funcionalistas desde sempre presentes na problematização neomarxista do subdesenvolvimento.

Tais tendências corporizam-se na explicação proposta para a génese da desigualdade entre centro e periferia. Sustentando existir uma interdependência funcional entre aquelas posições, consubstanciadas no desempenho pela periferia de funções consideradas como necessárias para a superação dos obstáculos à acumulação no centro, alguns autores argumentaram ainda no sentido de explicar a origem e reprodução do sistema por essa mesma funcionalidade. Dito de outro modo, por um lado, a diferenciação do sistema remete para a identificação das funções específicas de cada posição e, por outro, a reprodução da diferenciação é explicada pela sua eficácia funcional.

A ideia de intermediação prolonga a lógica anterior nas suas duas vertentes. Em primeiro lugar, porque a semiperiferia é também caracterizada pelas funções que desempenha (de intermediação). Em segundo lugar, porque a génese de uma diferenciação trimodal é explicada pela necessidade de contrariar as disfuncionalidades potenciais da polarização centro/periferia (ver Figura 2).⁸

Nesta linha de conceptualização, a perspectiva funcionalista latente na explicação neomarxista do subdesenvolvimento corre ainda o risco de ser aprofundada. De facto, a construção de um modelo trimodal de estruturação do sistema-mundo, com base na introdução da categoria de semiperiferia definida pela função de intermediação, tem por consequência subsumir no plano da análise funcional a especificação dos mecanismos básicos de regula-

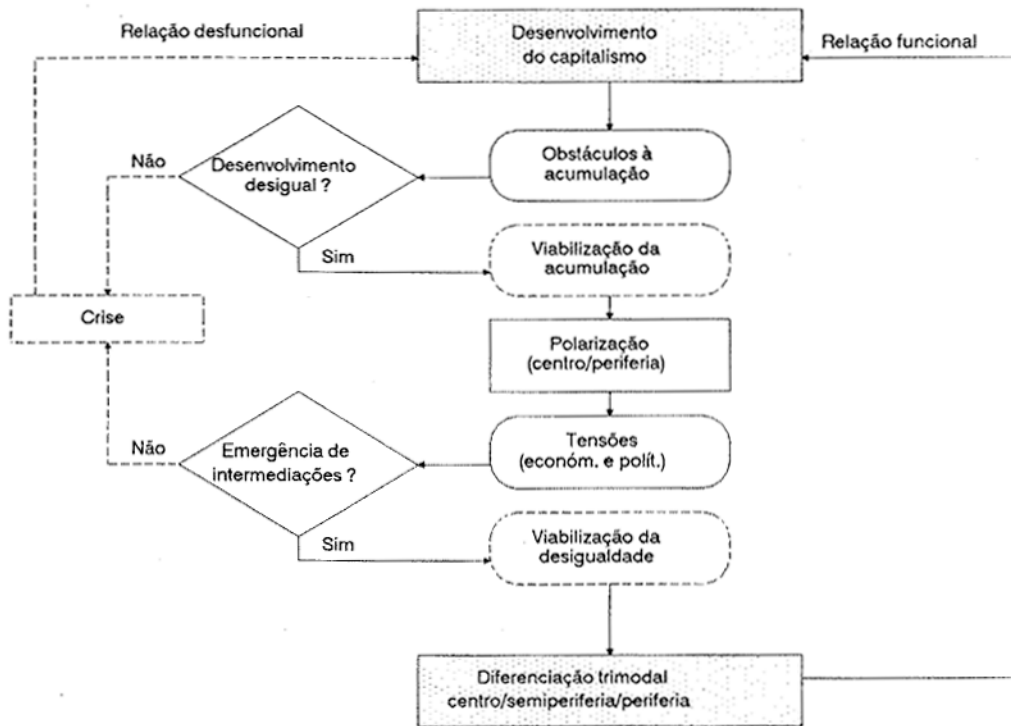


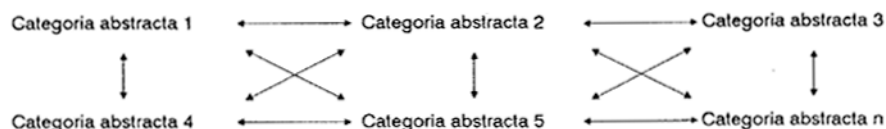
Figura 2 A indispensabilidade estrutural da semiperiferia - modelo funcionalista de argumentação

ção desse sistema. Perdem-se, desta forma, algumas das propostas mais interessantes veiculadas por autores como Fernando Henrique Cardoso, sublinhando a necessidade de combinar planos de análise distintos: a caracterização funcional das posições estruturais diferenciadas do sistema-mundo, por um lado, e a análise dos processos e actores que estruturam essa diferenciação, por outro.⁹

3. A construção de tipologias e a armadilha do naturalismo

Os problemas referenciados nos pontos anteriores têm a sua origem no facto de a introdução da categoria de semiperiferia ter por base críticas resultantes de um equívoco frequente nas ciências sociais. O equívoco resulta da adopção da ideia segundo a qual uma tipologia de índole analítica, enquanto instrumento conceptual abstrato, deve ser isomórfica com as situações e/ou processos empiricamente observáveis. Configura-se, desta forma, uma postura naturalista de raiz positivista que, como é salientado por Turner, procura a explicação de

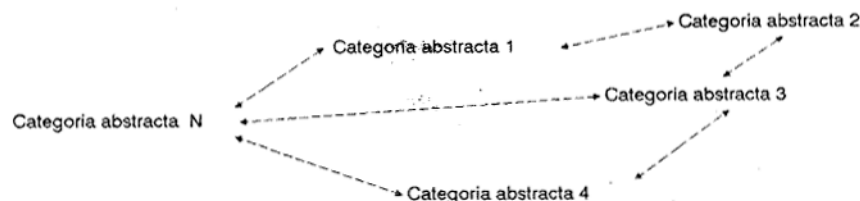
Esquemas Naturalistas



←————→ Com base em conceitos, são especificados os processos que articulam as categorias conceptuais, rigorosamente definidas

Explicação = descoberta da localização, na tipologia, do fenómeno empírico

Esquemas de Sensibilização



←-----→ Articulações fracas e flexíveis entre categorias conceptuais sensibilizadoras

Explicação = interpretação dos fenómenos com base no accionamento de diversas combinações de categorias

Figura 3 Tipos de esquemas analíticos

Fonte: J. Turner, 1986, *The Structure of Sociological Theory*, Chicago, The Dorsey Press, 4ª ed., pg. 12

um fenómeno empírico por via da identificação do seu lugar na tipologia conceptualmente construída.¹⁰

Em oposição a tais procedimentos, encontra-se a estratégia de construção de tipologias no âmbito da metodologia do ideal-tipo. Neste caso, a interpretação de um fenómeno específico, empiricamente observável, opera através da realização de combinações específicas de categorias abstratas. Ou seja, assim entendida, a construção de uma tipologia analítica não deve ter por objectivo a definição, tão exaustiva quanto possível, de células correspondentes a cada uma das situações passíveis de serem empiricamente observadas, mas antes a definição de critérios de comparabilidade e a identificação das dimensões analíticas organizáveis com base nesses critérios. Às tipologias analíticas é pois atribuída a função de organização da pesquisa e não a de representação teórica das realidades observáveis (ver Figura 3).

Esta última estratégia exige, no entanto, a ruptura com o pressuposto, característico do pensamento marxista, da existência de homologias entre as diferentes dimensões do social analiticamente delimitadas. Questão semelhante foi já enunciada por Bendix na sua crítica à forma de construção da tipologia tradicional/moderno nos textos clássicos das teorias da modernização.¹¹ Argu-

mentava este autor ser necessário abandonar a ideia de que é possível definir, *a priori*, relações sistêmicas entre as variáveis usadas na delimitação dos tipos polares da dicotomia tradicional/moderno. Por exemplo, seria controverso postular a existência de um elevado grau de interdependência funcional entre particularismo, atribuição e difusão, atributos tradicionais, ou entre universalismo, desempenho e especificação, atributos modernos. Pelo contrário, é defendido como útil conceber a possibilidade de combinações entre atributos tradicionais e modernos.

Da mesma forma, será mais útil construir a tipologia centro/periferia com base numa multiplicidade de eixos classificatórios, sem postular qualquer interdependência funcional entre eles. A análise das situações empiricamente observáveis teria assim por objectivo a explicação das combinações entre posições centrais e periféricas, bem como a construção de grelhas de classificação descritivas contemplando certamente mais do que os três tipos delimitados pela reificação das categorias de centro, semiperiferia e periferia.

4. Reconstruções e exemplificações

Reconstruir a tipologia centro/periferia com base na orientação defendida implica, porém, definir previamente com rigor o seu campo de aplicabilidade. Em minha opinião, aquela tipologia deverá ser utilizada na interpretação de assimetrias nas relações sistêmicas entre entidades sociais territorialmente delimitadas. Mais concretamente, deverá aplicar-se a qualificação de centro/periferia quando:

- a delimitação das entidades exige a utilização de critérios de territorialidade;
- as relações entre as entidades são estruturantes de um espaço de interdependências sistêmicas;
- o padrão dessas relações é assimétrico no sentido cibernético em que estão combinadas uma relação de controlo (centro-periferia) com uma relação condicionante, (periferia-centro).

Com a utilização do primeiro critério procura-se distinguir as hierarquias de base territorial das relações de poder entre grupos ou classes sociais (confundidas, por exemplo, na obra de A. G. Frank).¹² O segundo critério insere-se no tipo de distinção já sugerida por Wallerstein entre periferia e "arena externa".¹³ Finalmente, a utilização do terceiro critério tem como objectivo superar, por um lado, a restrição da aplicação da tipologia a situações de dominação possibilitadoras de processos de transferência de recursos e, por outro, a falsa oposição entre as categorias de dependência e interdependência.¹⁴

Uma segunda precisão necessita de ser enunciada. A não homologia entre posições na dicotomia, segundo diferentes eixos analíticos, prolonga-se no

		Relações coloniais	
		Dominação	Subordinação
Divisão do trabalho	Dominação	Inglaterra França Alemanha	Austrália Canadá
	Subordinação	Portugal	Angola Moçambique

Figura 4 Sobreposição de posições centrais e periféricas (exemplificação)

Fonte: adaptado de C. Fortuna, 1985, "Descolonização, O Fim de Um Ciclo", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, pg. 471

plano da análise dos espaços territoriais. Por outras palavras, a tipologia centro/periferia deve ser sempre duplamente regionalizada. De facto, uma mesma entidade pode ocupar, simultâneamente, posições centrais e periféricas consoante a dimensão social analiticamente considerada, ou consoante o espaço de relações observado.

Um exemplo clássico do primeiro tipo de possibilidade pode ser encontrado na tipologia esboçada por Carlos Fortuna, com base na combinação de posições de dominação e subordinação nos planos económico e político (ver Figura 4).¹⁵

A exemplificação da segunda possibilidade é particularmente clara quando se considera o padrão dos fluxos migratórios internacionais em que Portugal está envolvido.

Uma análise da população activa estrangeira residente no país, em situação regular, revela duas características fundamentais.¹⁶ Em primeiro lugar, a preponderância de dois espaços regionais enquanto pontos de origem das migrações para Portugal - a CEE e os PALOP. Em segundo lugar, o predomínio de dois grupos socioprofissionais entre a população activa estrangeira residente em Portugal - quadros dirigentes e técnicos, por um lado, e operários, por outro. A importância relativa da CEE e PALOP enquanto pontos de origem desses dois grupos é porém completamente diferente, pois enquanto a maioria dos imigrantes qualificados é oriunda da CEE, a quase totalidade da população operária estrangeira provém dos PALOP (ver Figura 5).

Analisando mais pormenorizadamente os dois fluxos referidos, verifica-se a existência de uma imigração da CEE que dá suporte à gestão do investimento estrangeiro (comunitário) em Portugal, a par de uma muito forte presença de imigrantes dos PALOP num sector de actividade onde predomina o recurso a mão-de-obra intensiva pouco qualificada (a construção civil). Inversamente, os dados e estudos sobre a emigração portuguesa, para os mesmos dois espaços regionais, permitem concluir da existência de uma simetria em relação aos fluxos de imigração. De facto, enquanto na emigração portuguesa para os países comunitários predomina o trabalho desqualificado, os emigrantes por-

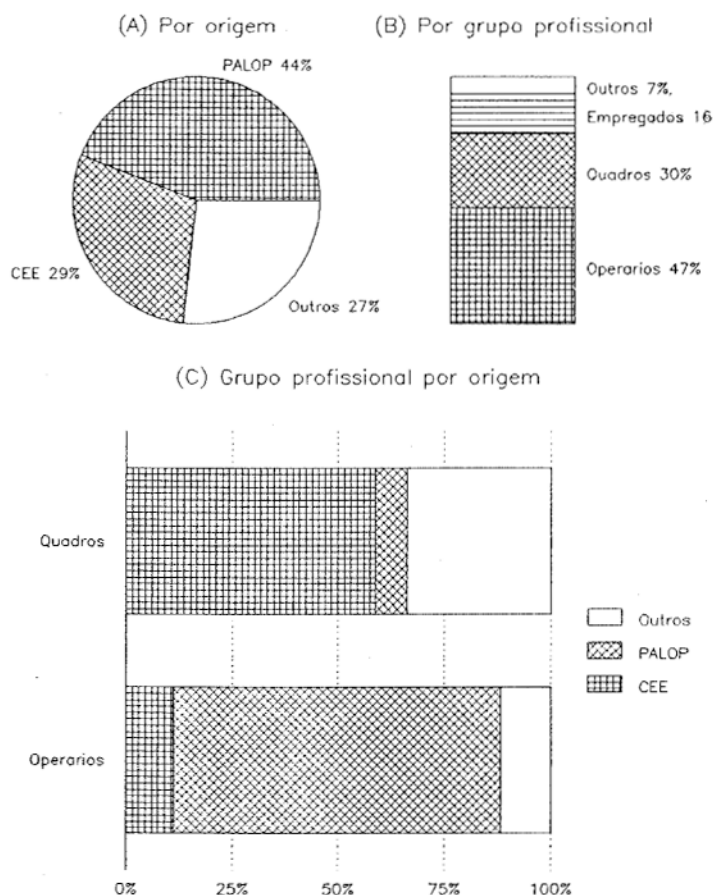


Figura 5 População activa estrangeira com autorização de residência, 1989
 Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do MAI

tugueses nos PALOP tendem a desempenhar, frequentemente sob o enquadramento dos mecanismos institucionais da cooperação, funções tecnicamente qualificadas.¹⁷

Portugal ocupa assim, no domínio das migrações internacionais, uma posição simultaneamente central e periférica, consoante o espaço regional analisado. Esta situação, bem como o exemplo de Carlos Fortuna referido *supra*, é ilustrativa da necessidade de construção de modelos multipolares de geometria fractal, enquanto estratégia mais adequada para a caracterização de um sistema-mundo menos integrado funcionalmente do que o sugerido pela corrente wallersteiniana. Para esse efeito, o recurso à combinação de categorias dicotómicas relativamente simples é mais eficaz que a utilização de uma única tipologia trimodal (aparentemente) complexa.

Notas

- 1 Ver em particular I. Wallerstein, *The Capitalist World-Economy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979; G. Arrighi (ed.), *Semiperipheral Development: The Politics of Southern Europe in the Twentieth Century*, Beverly Hills, Sage, 1985; e C. Fortuna, "Desenvolvimento e sociologia histórica: acerca da teoria do sistema mundial capitalista e da semiperiferia", *Sociologia - Problemas e Práticas*, 3, 1987, pp. 163-195.
- 2 Ver K. Bock, "Teorias do Progresso, Desenvolvimento e Evolução", in: T. Bottomore e R. Nisbet (eds.), *História da Análise Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980 (ed. original: 1978), pp. 65-117.
- 3 A. Comte (1882), "Plano de Operações Científicas Necessárias à Reorganização da Sociedade", citado em K. Bock, *op. cit.*, pg.95.
- 4 Ver nomeadamente D. Lerner, *The Passing of Traditional Society*, New York, The Free Press, 1958; e W. Rostow, *Etapas do Desenvolvimento Económico*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (ed. original: 1959).
- 5 Ver nomeadamente A. G. Frank, *Capitalism and underdevelopment in Latin America*, New York, Monthly Review Press, 1967; e F. H. Cardoso e E. Faletto, *Dependência e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971 (ed. original: 1969).
- 6 Ver G. Arrighi e J. Drangel, "The Stratification of the World Economy: An Exploration of the Semiperipheral Zone", *Review*, 10 (1), 1986, pp. 9-73.
- 7 Sobre a definição de semiperiferia como uma posição com funções de intermediação ver, para além dos textos de Immanuel Wallerstein e Carlos Fortuna já citados, B. S. Santos, "Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: O caso português", *Análise Social*, 87/88/89, 1985, pp. 869-901.
- 8 Segundo as próprias palavras de Wallerstein, "o sistema-mundo capitalista necessita de um sector semiperiférico..." pois caso contrário, e dadas as tensões inerentes à desigualdade entre centro e periferia, "... o sistema capitalista enfrentaria rapidamente uma crise económica e uma crise política" (*op. cit.*, pp. 69 e 70). O deslizar de uma identificação de funcionalidade para uma explicação funcionalista, na construção da categoria de semiperiferia, não podia ser ilustrado de forma mais clara! Na realidade, a crítica mais frequentemente dirigida ao uso de proposições funcionalistas, consiste na chamada de atenção para o facto de que, para colocar a questão em termos lapidares, "uma necessidade não cria a sua própria satisfação" - J. Berger e C. Offe, "Functionalism Vs. Rational Choice? Some Questions Concerning the Rationality of Choosing One or the Other", *Theory and Society*, 11 (4), 1982, pg. 521. Para uma crítica às tendências funcionalistas presentes no conjunto das interpretações neomarxistas do subdesenvolvimento, ver D. Booth, "Marxism and Development Sociology: Interpreting the Impass", *World Development*, 13 (7), 1985, pp. 761-787.
- 9 Ver F. H. Cardoso, *As Ideias e Seu Lugar*, Petrópolis, Editora Vozes/CEBRAP.
- 10 Ver J. H. Turner, *The Structure of Sociological Theory*, Chicago, The Dorsey Press, 4ª Ed., 1986, pp. 10-12.
- 11 Ver R. Bendix, "Tradition and Modernity Reconsidered", *Comparative Studies in Society and History*, 9 (3), 1967, pp. 292-346 e R. Pena Pires, "Diferença e Progresso: A tipologia tradicional/moderno na sociologia do desenvolvimento", *Sociologia - Problemas e Práticas*, 3, 1987, pp. 149-162. Para uma exemplificação dos procedimentos criticados nestes dois textos, ver em especial B. Hoselitz, "Les principaux concepts de l'analyse des répercussions sociales de l'évolution technique", in: B. Hoselitz e W. Moore (eds.), *Industrialisation et Société*, Paris, Mouton, 1963, pp. 9-28.
- 12 Ver A. G. Frank, *op. cit.*, pp 7-8.
- 13 Ver I. Wallerstein, *El moderno sistema mundial*, México, Siglo XXI, 1979 (ed. original: 1974).
- 14 No sentido referido parece útil reter a aplicação às ciências sociais do conceito de relações cibernéticas sugerida, entre outros autores, por Parsons - ver *Sociedades: Perspectivas Evolutivas e Comparativas*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1969 (ed. original: 1966).
- 15 Ver C. Fortuna, "Descolonização, o Fim de um Ciclo: Portugal, a África e a Economia Capitalista Mundial", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, 1985, pp. 469-500.

- 16 Os dados sobre a população imigrante residente em Portugal, utilizados no exemplo do texto, foram extraídos de um estudo realizado no Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, coordenado por Maria do Céu Esteves, com a participação do autor, intitulado *A Imigração na Europa do Sul: O Caso Português*. Sobre a imigração proveniente dos PALOP, ver ainda Ana Sait-Maurice e Rui Pena Pires, "Descolonização e Migrações: Os imigrantes dos PALOP em Portugal", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, no prelo.
- 17 Sobre a emigração portuguesa para os países da CEE ver, por exemplo, M. B. Rocha-Trinda (ed.), *Estudos sobre a Emigração Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1981; sobre a emigração para os PALOP no âmbito dos processos de cooperação ver o estudo realizado em 1988/89 por uma equipa do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, coordenada por Guilherme Pereira, sob o título *O Cooperante, a Política e a Prática da Cooperação: Perspectivas Actuais e Futuras*.